

## A PASSAGEM AO ATO E AS FRATURAS NO ENCONTRO ENTRE O EU E O OBJETO: SINGULARES DEMANDAS À ESCUTA CLÍNICA

THE PASSING TO THE ACT AND THE FRACTURES IN THE MEETING BETWEEN  
THE I AND THE OBJECT: SINGULARS DEMANDS TO THE CLINICAL LISTENING

Camila Peixoto Farias<sup>1</sup>

Mônica Medeiros Kother Macedo<sup>2</sup>

### Resumo

O artigo aborda a especificidade de atos constituídos como resposta psíquica às fraturas no processo de constituição do Eu e a singular demanda que se dirige à escuta clínica nessas condições. Explora-se o papel do trauma nesses casos, destacando-se a presença de um modo peculiar de defesa que envolve, dentre outros aspectos, um curto-circuito do trabalho de elaboração psíquica e a decorrente convocação ao registro comportamental. Investiga-se a montagem psíquica na qual se assentam tais formas de resposta em ato, concedendo-se particular atenção à dimensão traumática do encontro entre o Eu e o outro.

Palavras-chave: Passagem ao ato. Compulsão à repetição. Clínica psicanalítica. Psicanálise.

### Abstract

*The article presents the specificity of acts constituted as a psychic answer to fractures in the I constitution process and the singular demand directed to the clinical listening in these conditions. It is explored the role of trauma in these cases, highlighting the presence of a peculiar way of defense that involves, among other aspects, a short-circuit of psychic elaboration work and its resulting summons to the behavioral register. It is investigated the psychic mounting in which these ways of answering in acts are settled, granting special attention to the traumatic dimension of the meeting between the I and the other.*

*Keywords: Passing to the act. Repetition compulsion. Psychoanalytical clinic. Psychoanalysis.*

A clínica psicanalítica atual depara-se com significativa incidência de patologias marcadas por uma violenta dimensão compulsiva, tais como: as patologias alimentares, adições, as neuroses graves, etc. Elas convocam de maneira premente o registro do ato, trazendo à tona questões de grande envergadura para a Psicanálise, especialmente no que se refere à montagem psíquica subjacente a tais formas de resposta diante da dor psíquica.

Encontra-se nessas patologias, dentre outros aspectos, a peculiar insistên-

<sup>1</sup>Psicanalista, mestre e doutora em Teoria Psicanalítica pelo Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Professora Adjunta A do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: pfcamila@hotmail.com

<sup>2</sup>Psicanalista, doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista Produtividade CNPq. E-mail: monicamkm@icloud.com

cia de uma dimensão de violência psíquica, a saber, a dimensão traumática. Trata-se de um traumático que ultrapassa o registro do que seria intrínseco à constituição do psiquismo humano, configurando-se como um traumático desestruturante pela prevalência de elementos não representáveis, o que denuncia fraturas no processo de constituição do Eu.

Para apresentar o raciocínio desenvolvido a respeito dessas intensidades recorre-se, inicialmente, à apresentação conceitual da noção de trauma, do processo de constituição do Eu e suas fraturas, bem como se apresenta a importante distinção entre as noções de passagem ao ato e *acting out*. Trata-se, portanto, de recuperar a especificidade das singulares configurações de dor psíquica, as quais têm no ato sua via privilegiada de manifestação e são cada vez mais direcionadas à escuta clínica.

### A INSISTÊNCIA DO EXCESSO PULSIONAL – TRAUMA E INDIFERENÇA

Freud (1920-2006) sustenta que o trauma seria a consequência do excesso de excitação, do rompimento da proteção que defenderia o *órgão anímico* contra as excitações. Diante do traumático, o processo de elaboração psíquica falha, e com ele o domínio do princípio do prazer, pois o aumento do fluxo de excitação estaria além do tolerável, impedindo o trabalho psíquico e submetendo, assim, o psiquismo a uma única tarefa, a de tentar “dominar” tal excitação.

Ao problematizar o traumático, Freud (1920-2006) articula dois aspectos fundamentais: o efeito devastador dessa excitação que atinge e ultrapassa o escudo protetor e o completo despreparo do Eu (ou do escudo protetor) para receber essa excitação. Então, a responsável pelo fator traumático não seria apenas a quantidade de excitação, mas também a impossibilidade de o Eu, naquele momento, responder ao excesso de excitação. A indicação da condição de despreparo do escudo protetor como elemento fundamental do traumático possibilitará a Freud constatar que a situação traumática também alude às excitações advindas do interior. Desta forma, o que é excessivo para o aparelho psíquico não viria apenas do exterior, mas também de dentro do próprio sujeito, de seu universo pulsional (FREUD, 1920-2006).

Freud aponta para a presença, no mundo interno, de uma força pulsional excessiva que deverá ser metabolizada por meio de um trabalho psíquico de ligação dessas intensidades para que o princípio de prazer possa ser exercido. Esta força pulsional excessiva estaria relacionada diretamente à ação da pulsão de morte, face destrutiva da pulsão, contrária ao trabalho de ligação, o qual viabiliza a condição de representação às intensidades.

Em “Os instintos e suas vicissitudes”, a pulsão é descrita por Freud (1915-2006, p. 148) como “medida da exigência de trabalho que é imposta ao psíquico em consequência de sua ligação ao corporal”. Nos termos de Birman (1995, p. 46), “a pulsão é uma força (*drang*), antes de mais nada, que precisa ser submetida a um trabalho de ligação e de simbolização para que possa se inscrever no psiquismo propriamente dito”. Ou seja, haveria a necessidade do domínio da força pulsional, o que se realiza em torno dos registros do objeto e da representação. Isso possibilitará a constituição do circuito pulsional, uma “domesticação” da força pulsional, tornando-a tolerável. Quando não consegue ser agenciada com eficiência pelo registro do objeto e das representações que ele permite, a força pulsional se torna excessiva, traumática.

A pulsão, como força, visa à descarga instantânea, sem mediação, inviabilizando a construção de um circuito pulsional e, conseqüentemente, a ob-

tenção de prazer por meio dos objetos. O trabalho de mediação é promovido pelo outro por meio da oferta de possibilidades de satisfação à força pulsional, interceptando a mera descarga imediata. Esse processo indica a fusão pulsional, possibilitando a instalação de um circuito pulsional o qual, mais que controlar os estímulos, busca a obtenção de satisfação, de prazer.

O ingresso da pulsão no campo da representação possibilitará “a passagem do ‘além’ do princípio do prazer para o registro econômico do princípio do prazer” (BIRMAN, 1995, p. 48). A ligação é a condição prévia para o domínio do princípio do prazer e antecede, também, a instauração deste princípio (PEREIRA, 2006). É a qualidade da relação com o outro, ou seja, a relação do sujeito com os objetos primordiais que possibilitará condições psíquicas para o ingresso da pulsão no campo da representação. Porém, essa relação inicial do Eu em construção com os objetos primordiais pode ser marcada por uma dimensão traumática, comprometendo, desta forma, o processo de mediação psíquica diante do pulsional, o que se acredita estar na base das respostas marcadas pela convocação ao ato, tão presente nas demandas à escuta clínica atualmente.

Tendo em vista as contribuições freudianas mais tardias, o traumático, entendido como excesso pulsional, estaria situado além da capacidade de representação psíquica. Nessa perspectiva, na base da dimensão de violência presente na vida psíquica, encontramos a precariedade dos mecanismos mais elaborados de representação e de simbolização frente alguns elementos, paralisados ante o excesso pulsional que invade as fronteiras do Eu e ameaçando-o à morte psíquica.

Considera-se que essa precariedade de recursos psíquicos do Eu aponte para uma vivência marcada pela ausência do reconhecimento da diferença que o outro representa. Essa constatação leva à peculiaridade de uma indiferença experimentada no encontro com o outro. Moraes e Macedo (2011) denominam *vivência de indiferença* tal vivência. As autoras destacam que “entende-se, nessa leitura, por *indiferença* uma qualidade de violência imposta à criança por parte do adulto em um tempo primordial de estruturação do psíquico” (MORAES; MACEDO, 2011, p. 42).

A função materna, no cenário da indiferença, evidencia a impossibilidade de captar os movimentos e as demandas da criança, que são expressões de diferença que, em sua existência, ela dirige à mãe. A respeito dessa condição, as autoras consideram que

Na definição de indiferença, cabe destacar que não se trata do desdém da oferta por parte do adulto ao outro (a criança), mas sim de uma marca de não reconhecimento daquilo que é mais próprio da singularidade desse outro: *seu existir*. Na indiferença predomina dramaticamente o não reconhecimento da diferença que a existência do outro aporta a esse encontro inicial e que se reproduz na apropriação do sentido de existência da criança. (MORAES; MACEDO, 2011, p. 43. Grifos do original).

Ao não ser percebida na diferença de sua existência, a criança fica prisioneira de um registro mudo, porém com força de matriz, uma matriz de indiferença. Em harmonia com as autoras, destaca-se que não se trata de pensar em um funcionamento psicótico, mas de uma dinâmica de construção narcísica alicerçada na dificuldade de relação com o outro, a qual busca, incessantemente, apagar a diferença que o outro constitui. Encontra-se uma forma singular de constituição narcísica, que não implica uma impossibilidade de diferenciação

com o outro, implica uma acentuada dificuldade de lidar com a diferença. Para Moraes e Macedo (2011, p. 45), nessas condições, “o que se imprime não é a ausência de objeto (psicose), mas sim a alternância, a instabilidade e a fragilidade no sentido da diferença e da implicação do outro com o Eu incipiente”. Não se trata, portanto, de um Eu desestruturado, mas de um Eu permanentemente ameaçado pela diferença que a presença do outro impõe.

A condenação à repetição da matriz aqui se dá à medida que a indiferença será a herança da qual o Eu não conseguirá se apropriar, vindo a repeti-la indefinidamente na forma de administrar seus investimentos. O Eu permanecerá capturado por esse modo de relacionar-se com o outro, por isto buscará sempre combater a constatação da diferença própria ao campo da alteridade. Aquilo que foi dirigido a ele é, agora, dirigido ao outro. A violência da tentativa de negar o outro em sua diferença denuncia a precariedade de sua capacidade de investir. Trata-se de enunciar um questionamento oportuno, pois, “se o que lhe foi ofertado é a indiferença, como será possível amar?” (MORAES; MACEDO, 2011, p. 71). Esse prejuízo repetido evidencia as fraturas no processo de constituição do Eu, na constituição narcísica e evidencia, portanto, a violência traumática de uma relação com o objeto primordial marcada pela indiferença. Um dos principais efeitos provocados por essa relação de caráter traumático é a dor psíquica, dor essa causada pela presença no psiquismo de elementos que o Eu não consegue representar.

O trauma, assim, refere-se a um vivido subjetivo no qual se dá o atravessamento da capacidade psíquica de assimilação e de recalçamento por parte do Eu, o que engendra, como uma forma radical de defesa, respostas marcadas por uma violenta dimensão compulsiva. Tais respostas buscam uma forma de aliviar, mesmo que momentaneamente, a dor psíquica. Constata-se aí a presença de um modo peculiar de defesa que envolve, dentre outros aspectos, um curto-circuito do trabalho de elaboração psíquica e a conseqüente convocação do registro comportamental. Tendo isso em vista, resta a questão: Qual a especificidade de atos que são uma resposta às fraturas no processo de constituição do Eu? Ou, ainda, em outras palavras, cabe refletir a respeito da especificidade de atos que surgem como repetição da *vivência de indiferença*?

Na busca de possíveis respostas a esse questionamento, busca-se, neste artigo, problematizar as respostas expressas por meio de atos tidos como formas de expressão das problemáticas subjetivas alicerçadas nestas importantes vivências que comprometem as possibilidades de acesso à alteridade. Objetiva-se, assim, marcar e explorar a especificidade dos atos que se constituem como resposta às fraturas no processo de constituição do Eu, ou seja, como resposta à dor psíquica e à especificidade da demanda que eles dirigem à escuta clínica.

#### **PASSAGEM AO ATO E *ACTING OUT*: ESPECIFICIDADES NA DEMANDA À ESCUTA**

Uchitel (2001) contribui com novos elementos para o avanço da questão que envolve o trauma e suas repercussões psíquicas. Segundo a autora, o trauma não se representaria, ele se *apresentaria* em forma de ato. Para a Uchitel (2001, p. 71), “o sintoma traumático fica alheio ao sentido, à representação, às cadeias associativas e por isso se mostra como ato, como força, acusando um “não-sentido”, uma “não-memória”.

De acordo com as proposições da autora, a noção de apresentação se contrapõe à de representação, pois aquela constitui como um recurso frente à impossibilidade de representação, frente à dor psíquica. O que vem a ser

*apresentado* diz respeito à ordem do traumático – supondo a ausência de uma formação de compromisso entre o ego e o recalcado. Por não ser representado, o traumático tende a ser exteriorizado e apresentado. Nesse sentido, a apresentação que se faz pela via do corpo, a modalidade do ato é definida como sendo da ordem de uma passagem ao ato.

Cabe ressaltar a distinção entre passagem ao ato e *acting out*. Considera-se como *acting out* um ato que porta um sentido subjacente e um endereçamento ao outro. Como exemplo clássico de *acting out*, Laplanche e Pontalis (1982-2001) destacam o ato transferencial, por meio do qual no lugar de lembrar o sujeito repete, no presente, e pela via do ato, desejos e fantasias inconscientes que marcaram sua história passada. Nesse sentido, compreende-se o *acting out* como sendo um ato determinado por elementos inconscientes comportando, conforme assinala Mayer (2001), uma significação oculta. Um conteúdo mental é encenado, nessa modalidade de ato, sendo endereçado a um outro, indicando, assim, sua dimensão de convocação, de espera por alguma forma de resposta desse outro. Dessa forma, a ação se faz aqui no lugar da palavra, e não em sua ausência, como é o caso da *passagem ao ato*.

Na passagem ao ato constata-se em sua essência a destituição da dimensão de alteridade, dimensão que parece habitar, no entanto, o fenômeno do *acting out*. Logo, não cabe considerar a passagem ao ato como uma forma de mensagem endereçada ao outro, uma vez que ela não comportaria um sentido subjacente. Alinhando-se às proposições de Birman (2012), considera-se que, na passagem ao ato, a economia psíquica do narcisismo está em questão, mais precisamente as fraturas no processo de constituição do Eu, sua fragilidade e sua impossibilidade de simbolização diante da força pulsional que marcou a relação com os objetos primordiais.

Quando a força pulsional não ingressa na via representacional, uma das formas encontradas pelo Eu para tentar dominá-la passa a ser a repetição compulsiva da experiência traumática sofrida. Repete-se ativamente tal experiência na busca de uma preparação que não pôde ser realizada no instante do trauma, quando o Eu foi invadido por intensidades excessivas. Em outras palavras, repete-se para, ativamente, buscar alívio da dor psíquica. Sem a possibilidade de simbolização não há possibilidade de operar o Recalcamento, entrando em cena a compulsão à repetição. Acerca da compulsão à repetição, Cardoso (2006, p. 10-11) a considera como:

Noção de grande abrangência, sua definição fala de uma exigência interna de agir, de caráter imperativo. A dimensão do ato – relativa à fronteira entre psíquico e corpo – é prioritária nesse terreno, e se articula com a de uma força violenta que se impõe ao sujeito sem que este possa dominá-la.

As proposições da autora vêm pontuar a importância da compulsão à repetição no que diz respeito à questão dos limites entre o corpo e o psíquico. No predomínio da compulsão à repetição denuncia-se o fato de o Eu não conseguir dominar a força pulsional no interior de seus limites, precisando, para tal, convocar o corpo através da passagem ao ato. Assim, a passagem ao ato busca exorcizar o excesso pulsional que faz uma pressão constante no psiquismo. No plano intrapsíquico, o Eu encontra-se submetido a uma exigência interna de agir, de caráter imperativo, à qual não pode furtar-se.

Constata-se, ainda, que diante de significativa exigência interna, a passagem ao ato já constitui, em si mesma, uma forma de resposta do psiquismo,

por mais primária e elementar que possa ser. Trata-se de uma resposta a uma quantidade de excitação que excede a possibilidade de ligação, ultrapassando os limites psíquicos de representação e ameaçando a integridade do Eu. Nesse contexto, mediante o recurso à passagem ao ato, o Eu busca livrar-se desta excitação excessiva para a qual não conseguiu dar um processamento psíquico. Esta modalidade de ato, regida pela compulsão à repetição, vem justamente tomar o lugar do trabalho de elaboração psíquica, tornando-se fonte de alívio momentâneo da excitação ao mesmo tempo em que denuncia a precariedade dos recursos de enfrentamento do Eu à dor psíquica.

O aspecto da precariedade de recursos egoicos denunciam de forma dramática, tanto a fratura da capacidade de representação (simbolização) quanto o impedimento de acionar a operação defensiva de recalçamento. Ambas as condições apontam para a propensão a uma invasão de elementos não passíveis de ligação nas fronteiras do Eu. Está-se, desta forma, diante de um Eu mal definido em suas fronteiras, tanto externas quanto internas, o que o deixa suscetível à utilização de defesas arcaicas as quais estariam na base das respostas ao nível do ato em detrimento, como mencionado, de operações que possibilitem a dominância de intensidades psíquicas.

Dessa forma, a excitação pulsional não consegue ingressar em um circuito pulsional, gerando um trabalho de mediação e de simbolização psíquicas. Ao contrário, a intensidade pulsional tende a ser descarregada imediatamente no domínio corporal, de forma repentina e disruptiva. O predomínio desse circuito evacuativo confronta o sujeito, permanentemente, com o caráter impulsivo da compulsão à repetição e os meandros da destrutividade pulsional. Segundo Cardoso (2006), esse aspecto sustenta a singularidade da temporalidade dos processos psíquicos implicados no traumático, o tempo do imediato, do não mediado. Nessa condição opera um modo de funcionamento psíquico específico no qual a possibilidade de representar ou de mentalizar encontra-se dificultada, denunciando, como afirma Maia (2005, p. 183), uma “sinalização de que algo está ocorrendo no psiquismo, mas não somente no âmbito do aparato psíquico representacional”.

A impossibilidade de contenção pelo aparato psíquico representacional faz com que ocorra uma forma particular de defesa do sujeito. A via da exteriorização é buscada, apelando o sujeito a um recurso situado fora do âmbito psíquico. Dinâmica contrária a que ocorre, por exemplo, no processo de recalçamento, o qual se processa no interior do psiquismo. A tendência a um movimento de externalização sinaliza, portanto, a impossibilidade de interiorização, de assimilação, por parte do Eu, de elementos traumáticos. Via externalização se dá a descarga da excitação pulsional, mas não sua ligação, exigindo reiteração constante, ou seja, aprisiona-se o sujeito ao circuito mortífero da compulsão à repetição.

Considerando-se a importância de que o psiquismo possa capturar e metabolizar as intensidades pulsionais, cabe referir os danos da impossibilidade de mediação psíquica quando predomina a compulsão à repetição. A impossibilidade de assimilação de elementos traumáticos indica, por exemplo, um movimento na contramão do trabalho de luto, atualizando, dessa forma, uma relação traumática com o objeto. Deve-se conceder particular atenção à dimensão traumática do encontro com outro e ao seu decisivo papel na tendência à externalização, a fim de explorar a singularidade e complexidade psíquica presentes na dinâmica da passagem ao ato. Nesse contexto, a relação com o objeto primordial, mais especificamente no que concerne à sua internalização pelo Eu,

adquire grande relevância, uma vez que esse processo revela-se fundamental para o domínio da força pulsional e, portanto, para o processo de simbolização.

### **A IMPOSSIBILIDADE DE “PERDER” O OBJETO: O ALICERCE DA PASSAGEM AO ATO**

A análise da relação do Eu com o objeto primordial centrar-se-á principalmente no processo de internalização do objeto mediante a experiência marcada por uma dimensão traumática, pela vivência de indiferença. Nessa condição compromete-se a possibilidade de o Eu, mediante a perda do objeto, efetivar um trabalho de luto, comprometendo também o processo de simbolização.

A respeito do trabalho de luto, Green (1986) enfatiza que nesse contexto a questão do objeto se articula à da negatividade. O termo negatividade se refere, segundo o autor, à possibilidade de perder o objeto, ou seja, de o objeto poder “apagar-se” no interior do psiquismo. Este processo é nomeado por Green (1986) como “trabalho do negativo”, aludindo ao trabalho de internalização e de simbolização do objeto primordial. São exatamente esses os aspectos que se fraturam e se apresentam na ordem da precariedade quando impera a passagem ao ato.

O trabalho do negativo, descrito por Green (1986), engendra um importante movimento estruturante, possibilitando ao objeto primordial sofrer um processo de negativização interna que diz respeito, dentre outros aspectos, à possibilidade de ser recalçado e transformado em representação psíquica. Caso esse processo seja realizado com sucesso, o objeto primordial será internalizado, vindo efetivar a diferenciação entre o Eu e o outro, marcando as fronteiras entre mundo interno e mundo externo.

A internalização do objeto pressupõe que ele pôde ser perdido, “esquecido”. Conforme esclarecem Figueiredo e Cintra (2004, p. 17), trata-se de um movimento no qual, “na atenuação de sua presença {do objeto} para dar lugar, de um lado, à representação e, de outro e mais profundamente, ao vazio internalizado na forma de uma estrutura”. Nesse sentido, constata-se que o trabalho do negativo cumpre a sua tarefa quando transforma o objeto primordial em uma “presença ausente”, estando sempre presente, não como objeto, mas sim como elemento estruturante da vida psíquica. Tal condição indica que o objeto, como objeto, estará para sempre perdido, permitindo ao Eu a busca por novos objetos, por novas ligações, abrindo espaço para a necessária contingência que é própria ao objeto da pulsão.

Em situações nas quais o trabalho do negativo não pôde ser realizado, o objeto permanecerá no espaço psíquico como uma presença absoluta, externa à cadeia representativa e fora do campo do recalçado, seus efeitos se traduzindo por uma ameaça ao funcionamento psíquico. Logo, quando o objeto e suas funções não podem ser internalizados em seu viés estruturante, ele passa a habitar o espaço interno de maneira não integrada e, em vez de contribuir para a contenção da força pulsional passa a não permitir a sua ligação, deixando o Eu exposto à invasão de um excesso pulsional ameaçador.

Nesse caso, segundo Figueiredo e Cintra (2004), à luz das considerações de André Green, o objeto não só deixa de conter a força pulsional como realiza uma espécie de coalescência com ela, tornando-a ainda mais excessiva. O efeito do objeto primordial na constituição psíquica faz-se perceber nessas situações nas quais não desempenhou suas funções primordiais e não se deixou “esquecer”. Para os autores, “é quando os objetos fracassam ou produzem efei-

tos ‘extraordinários’ que mais somos obrigados a reconhecer seu papel constitutivo” (2004, p. 15-16).

O trabalho do negativo pode assumir a forma daquilo que Green (1986) denominou uma *exclusão radical*. Nessa modalidade de exclusão, o objeto vem ocupar o espaço psíquico: ele não é recalçado nem se submete ao domínio do Eu. Fica excluído, na qualidade de objeto externo internalizado, mas não integrado, como um núcleo de exterioridade no interior do psiquismo. Essa dinâmica remete ao que Cardoso (2005) sugere constituir-se como uma “alteridade radical”, cuja origem residiria em elementos vindos do outro que passam a habitar o mundo interno, mas que, por serem traumáticos, permanecem como um núcleo externo interiorizado, não integrado ao psiquismo.

Percebe-se que os aspectos traumáticos do encontro entre o Eu e os objetos primordiais não dizem respeito apenas à dimensão econômica e dinâmica, mas também à forma como o objeto passa a habitar o espaço interno. Ilustra-se, assim, o dramático impasse que a relação com o outro pode produzir no Eu uma vez que “são os objetos primários que, interceptando essa pulsionalidade, podem conduzi-la às ligações ou, por sua ausência ou por suas insuficiências, podem provocar e disparar as forças de descargas e do desligamento” (FIGUEIREDO, 2003, p. 152).

Um encontro de caráter traumático com o objeto primordial vem fragilizar a constituição dos limites entre o Eu e o outro resultando em que o objeto deixe de cumprir seu papel de objeto, mediante sua presença maciça e contínua. A intensidade traumática desse encontro dificulta a criação do espaço fronteiro, do espaço da conflitualidade, impedindo que o objeto seja “perdido”, internalizado, e sua perda simbolizada. Resgata-se, assim, também a dinâmica anteriormente descrita de uma *vivência de indiferença* imperando na relação do Eu com seus objetos primordiais. Constata-se a impossibilidade de “perder” o objeto primordial, aspecto que se acredita constituir o cerne da problemática da passagem ao ato. Neste ponto, levanta-se a seguinte questão: Qual seria a dinâmica pulsional engendrada pela impossibilidade de perder o objeto primordial, dinâmica subjacente à passagem ao ato?

#### A AÇÃO DA PULSÃO DE MORTE NA PRODUÇÃO DA PASSAGEM AO ATO

Visando a aprofundar a compreensão acerca da dinâmica própria ao recurso à passagem ao ato, volta-se para a questão da dinâmica pulsional que estaria subjacente a esse modo de resposta diante das intensidades pulsionais. Para fazê-lo, recorre-se à proposição de Green (1988) a respeito do que denomina como *função objetalizante* e *função desobjetalizante*. Partindo do estudo de Freud sobre o segundo dualismo pulsional, Green (1988) propõe estas duas funções como relacionadas às diferentes modalidades pulsionais.

Para Green (2010, p. 99), o objetivo essencial das pulsões de vida refere-se a assegurar a função objetalizante, o que

não significa apenas que seu papel seja o de criar uma relação com o objeto (interno e externo), mas também que ela se revele capaz de transformar estruturas em objeto, mesmo quando o objeto não está diretamente em questão.

Drubsky (2008) afirma que a função objetalizante permitiu a Green considerar que as pulsões de vida são um conjunto mais amplo que a sexualidade,



## ARTIGO

devendo ser caracterizadas por sua capacidade *de ligação*. A partir disso, Green (1988) desenvolve a ideia de que o grande mecanismo que serve para definir a ação da pulsão de vida é a ligação, ou seja, o papel da pulsão de vida é o de assegurar a função objetualizante, ligando a pulsão ao objeto.

Constata-se, assim, a relevância da existência de um trabalho de luto como processo fundamental para que a função objetualizante possa se exercer, pois ele dá a possibilidade de interiorização do objeto, de sua negativização no psiquismo possibilitando o investimento em objetos substitutos. A esse respeito, Savietto (2010) destaca que dentre os processos de ligação das pulsões de vida aos objetos se encontram a representação, o pensamento, a nostalgia e o desejo. Tomando a proposição da função objetualizante por Green, a autora afirma a possibilidade de atribuir ao bom encontro com o objeto primário a regulação do funcionamento psíquico pelo Princípio do Prazer e, posteriormente, pelo Princípio da Realidade. Nesse sentido, é evidente a importância da qualidade do encontro entre o Eu e seus objetos primordiais na possibilidade de operação da função objetualizante.

Na contrapartida da descrição que faz da função objetualizante, Green (2010) situa a *função desobjetualizante* como sendo o objetivo da pulsão de morte. Percebe-se, assim, que o desinvestimento é a manifestação própria à pulsão de morte (GARCIA; DAMOUS, 2009). A ação do desinvestimento incide sobre as modalidades de investimento no objeto, mas também sobre o Eu. Nessa perspectiva, considerando as possíveis relações entre a destrutividade e o processo de des fusão pulsional, Castiel (2013) considera que a autodestrutividade é fruto de uma extrema condição de desinvestimento nos objetos. A autora propõe que o retorno da energia pulsional sobre o Eu decorre desse processo de desinvestimento e, provoca, assim, a condição de autodestrutividade.

É fundamental, contudo, como afirma Dockhorn (2014), não associar, necessariamente, a ação do desligamento à patologia ou a uma dimensão puramente destrutiva. Destacam Garcia e Damous (2009) que as operações negativas são cruciais para a ação de um trabalho do negativo constitutivo, o qual permite a estruturação dos limites intra e intersíquicos e, também, para a ocorrência dos processos de simbolização. Nesse sentido, é importante destacar a existência da *ausência* como uma condição para que se estabeleça a capacidade de representação e de constituição subjetiva.

Ao explorar as condições de expressão da destrutividade, Green (1988, p. 57) afirma que “é preciso notar que, em todas essas configurações clínicas [em que há a manifestação da destrutividade], o mecanismo dominante frequentemente invocado é o luto insuperável e as reações defensivas que ele suscita”. O autor destaca que, na base da destrutividade, na ação da pulsão de morte está situada a problemática do trabalho de luto, mais especificamente de seu comprometimento. Nessa situação o luto que não é superado – a separação efetiva não ocorre – suscita reações defensivas que mantêm o sujeito aprisionado ao objeto primordial. Esse aprisionamento compromete o investimento em objetos substitutos, sinalizando a fragilidade da função objetualizante.

Nesse sentido, Green (1988, p. 60-61) postula que “a função desobjetualizante, longe de se confundir com o luto, é o procedimento mais radical que se opõe ao trabalho de luto que está no centro dos processos de transformação característicos da função objetualizante”. A pulsão de morte, portanto, opera a função desobjetualizante por meio do desligamento. Não é somente a relação com o objeto que é comprometida, mas também o investimento em todos os

seus substitutos, como é o caso do investimento no próprio Eu, se esse tiver sofrido processo de desobjetalização.

As importantes contribuições de Green auxiliam na compreensão da dinâmica pulsional subjacente às passagens ao ato. A efetiva separação do objeto primordial é indicada pelo autor como sendo de fundamental importância para a constituição da função objetalizante, possibilidade de ligação da pulsão a objetos substitutos. Quando o trabalho de luto fica comprometido, a pulsão não ingressa no circuito pulsional, ficando presa ao objeto primordial e passando a imperar, assim, a função desobjetalizante. Logo, na busca pela descarga de intensidades psíquicas, a qual tem na passagem ao ato uma de suas formas preponderantes de externalização, constata-se o predomínio dessa função desobjetalizante.

Esses aspectos colocam o analista diante da força destrutiva da pulsão de morte, que põe em evidência a força da compulsão à repetição e o efeito decorrente do predomínio da função desobjetalizante subjacentes à passagem ao ato. Assim, pode-se afirmar que a passagem ao ato, como expressão do predomínio da função desobjetalizante, é uma resposta psíquica decorrente de fraturas no processo de constituição do Eu causadas pela impossibilidade de interiorização de elementos traumáticos ligados à relação com o objeto primordial. A vivência de indiferença contempla a dramaticidade desta modalidade de encontro traumático entre o Eu e seus objetos primordiais.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Exploraram-se neste artigo elementos teóricos que permitem problematizar a relação entre ato, compulsão e dor psíquica. A noção de passagem ao ato, considerada como importante modalidade de demanda à escuta analítica na contemporaneidade, ilustra a intrincada e fraturada relação entre o Eu e seus objetos primordiais.

Nesse sentido, procurou-se ilustrar nos argumentos desenvolvidos, a importância das experiências com o objeto primordial no que concerne a sua dimensão objetalizante, via predomínio de investimentos da pulsão de vida. Acredita-se ter evidenciado, ao longo do texto, quanto a perspectiva da dinâmica pulsional, quando se refere a uma história marcada pelo predomínio da modalidade destrutiva e dessubjetivante, tem por base importante prejuízo nos investimentos do Eu e dos objetos. É esse predomínio de experiências traumáticas que marca indelével presença quando a passagem ao ato adentra o espaço de escuta. Nesse contexto o analista defronta-se com a ausência de simbolização, com o silêncio simbólico, bem como com o ruído violento decorrente da compulsiva passagem ao ato.

Identificar e escutar o desamparo, quando expresso via desdobramentos tanáticos da passagem ao ato, talvez seja um dos grandes desafios à escuta e à intervenção psicanalítica na contemporaneidade. As singulares ferramentas da Psicanálise podem ganhar consistência diante dos atuais desafios clínicos, na condição de o analista intervir desde sua ampla compreensão daquilo que se repete como força matriz, submetida a lógica da compulsão à repetição. Na escuta da dor psíquica e na possibilidade de construção de sentido para o excesso pulsional são fortalecidas as possibilidades de Eros no embate com Tanatos.

## REFERÊNCIAS

- BIRMAN, J. Sujeito e estilo em psicanálise. In: BIRMAN, J. (org.). **As pulsões**. São Paulo: Escuta, 1995. p. 25-51.
- \_\_\_\_\_. **O sujeito na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- CARDOSO, M.R. A servidão ao 'outro' nos estados limites. **Revista Psychê**, v. 16, n. 2, p. 65-75, dez. 2005.
- \_\_\_\_\_. A insistência do traumático no espaço psíquico e psicanalítico. **Pulsional Revista de Psicanálise**, n. 185, p. 7-19. 2006.
- CASTIEL, S. Destrutividade e narcisismo. **SIG Revista de Psicanálise**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 77-84, 2013.
- DOCKHORN, C. **O sujeito psíquico e a condição de servidão ao objeto-droga: do rigor da psicanálise à pesquisa na escuta**. 2014. Tese (doutorado), Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- DRUBSKY, C.A. **Até que ponto o narcisismo pode ser datado? Uma reflexão à luz das contribuições de Piera Aulagnier**. 2008. Tese (doutorado), Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <[http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/11780/11780\\_1.PDF](http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/11780/11780_1.PDF)>. Acesso em: 6 out. 2017
- FIGUEIREDO, L.C. **Psicanálise: elementos para a clínica contemporânea**. São Paulo: Escuta, 2003.
- \_\_\_\_\_; CINTRA, E.U. Lendo André Green: o trabalho do negativo e o paciente limite. In: CARDOSO, M.R. (org.). **Limites**. São Paulo: Escuta, 2004. p. 13-58.
- FREUD, S. Os instintos e suas vicissitudes. In: STRACHEY, J. (ed.). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. 14, p. 117-146. (Obra originalmente publicada em 1915).
- \_\_\_\_\_. Além do princípio do prazer. In: STRACHEY, J. (ed.). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. 18, p. 13-156. (Obra originalmente publicada em 1920).
- GARCIA, C.A.; DAMOUS, I. Silêncio no psiquismo: uma manifestação do trabalho do negativo patológico. **Cadernos de Psicanálise-CPRJ**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 105-115, 2009.
- GREEN, A. El trabajo de lo negativo. In: GREEN, A. (org.). **El trabajo de lo negativo**. Buenos Aires: Amorrortu, 1986. p. 379-385.
- \_\_\_\_\_. Pulsão de morte, narcisismo negativo, função desobjetalizante. In: RECHARDT, Y. et al. (orgs.). **A pulsão de morte**. São Paulo: Escuta, 1988. p. 53-64.
- \_\_\_\_\_. **O trabalho do negativo**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. **Vocabulário de psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Obra originalmente publicada em 1982).
- MAIA, M.S. **Extremos da alma**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- MAYER, H. Passagem ao ato, clínica psicanalítica e contemporaneidade. In: CARDOSO, M.R. (org.). **Adolescência: reflexões psicanalíticas**. Rio de Janeiro: NAU Editora/FAPERJ, 2001. p. 81-101.
- MORAES, E.G. de; MACEDO, M.M.K. **Vivência de indiferença - do trauma ao ato-dor**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.
- PEREIRA, S.W. **As pulsões de morte e seus derivados: os avatares da teoria**. 2006. Tese (doutorado), Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SAVIETTO, B.B. **Drogadição na juventude contemporânea**: a “intoxicação” pelo outro. 2010. Tese (doutorado), Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp132005.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2017.

UCHITEL, M. **Neurose traumática**: uma revisão crítica do conceito de trauma. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.